

1ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA

GD TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

CNPJ 11.285.330/0001-97

NIRE 42204400613

Página
4 de 5

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – O exercício social será iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de cada ano, exceto o ano de constituição que iniciou em 01 de novembro de 2009.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os Sócios-Administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial, e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Único – Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas apresentadas pelos Sócios-Administradores.

V – DA CESSÃO DE QUOTAS E RETIRADA DE COTISTAS

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – No caso de algum cotista desejar vender parte ou totalidade de suas quotas, deverá comunicar, por escrito à sociedade, a qual dentro do prazo de 30 (trinta) dias deverá manifestar seu interesse ou não na aquisição das próprias quotas, desde que sejam atendidas as determinações legais para tal. Decorrido o prazo acima mencionado, as quotas poderão ser ofertadas a terceiros, desde que o novo sócio seja expressamente aceito pelos cotistas remanescentes.

Parágrafo Único – No caso de alienação de quotas, fica estipulado que o preço das mesmas será calculado com base no patrimônio encerrado, segundo valores contábeis escriturais, não sendo permitida a reavaliação dos bens do ativo para a finalidade de apuração de lucros. O pagamento será efetuado em 12 (doze) parcelas mensais, com ou sem juros, a combinar.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – Entre os sócios as quotas são livremente transferíveis. É vedada a transferência ou cessão de quotas a terceiros, salvo se contar com a concordância expressa dos sócios remanescentes.

VI – DO FALECIMENTO DE COTISTAS

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – O falecimento de qualquer dos cotistas, não se constituirá em motivo para a dissolução da sociedade, passando o sócio falecido a ser representado pelo inventariante até que transite em julgado a sentença homologatória da partilha.

Parágrafo Único – Aos herdeiros do sócio falecido é assegurado o direito de ingressar na sociedade. Para tanto, depois de transitar em julgado a sentença homologatória da partilha, no prazo de 30 (trinta) dias, deverão comunicar sua intenção à sociedade. Caso um ou mais herdeiros optar pela não participação na sociedade, seus haveres serão calculados nas condições previstas na cláusula décima-terceira.

